

# RESISTÊNCIA, PALAVRA FEMININA:

CONSIDERAÇÕES SOBRE O LIVRO *AUTORITARISMOS NO BRASIL: O OLHAR DE DEZ REALIZADORAS BRASILEIRAS CONTEMPORÂNEAS* (2022)

MARINA CAVALCANTI TEDESCO<sup>1</sup>

Desde 2013, o conservadorismo e a violência, estruturantes da sociedade brasileira, têm se manifestado de maneira ainda mais explícita. São emblemáticos desse processo as votações as quais resultaram no golpe que destituiu a então presidenta Dilma Rousseff e o governo de Jair Bolsonaro. Contudo, muitos outros exemplos poderiam ser aqui mobilizados.

Os setores democráticos da sociedade não assistiram a tudo isso calados. As universidades e o audiovisual participaram da luta pela manutenção da democracia no Brasil, entendendo que, apesar das suas enormes limitações, o recrudescimento do autoritarismo pioraria a vida da classe trabalhadora. O estudo apresentado no livro *Autoritarismos no Brasil: o olhar de dez realizadoras brasileiras contemporâneas* (2022), lançado pela editora Outro Modo Cooperativa Cultural, em Portugal, fez parte de tal esforço.

De acordo com sua autora, Lídia Mello,

A escolha por filmes explicitamente políticos e cujo tema central é o autoritarismo, foi também estimulada pela eleição do atual [que felizmente não é mais!] Presidente Jair Bolsonaro, um governo de extrema-direita que flerta publicamente com a Ditadura e com atos fascistas. Meu interesse em refletir sobre este cinema surge ainda como ato de resistência e modo de reagir contra a postura política deste governo, e é igualmente uma maneira de me posicionar através das vozes das realizadoras, de seus filmes e personagens (Mello, 2022, p, 24).



<sup>1</sup> Professora do Departamento de Cinema e Vídeo e do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual da Universidade Federal Fluminense.

Mello desenvolveu o projeto de pós-doutorado *O cinema político brasileiro contemporâneo realizado por mulheres*, base de seu livro, entre 2019 e 2021, em Estudos Artísticos/Fílmicos na FLUC/Universidade de Coimbra, sob supervisão do professor doutor Sérgio Dias Branco. Conforme relata Mello (2022), em suas “Palavras introdutórias”, tal projeto nasceu em 2018, a partir de um mapeamento que realizou sobre longas-metragens que abordavam a ditadura civil-militar-empresarial imposta no Brasil em 1964.

No período entre 1965 e 2022, ela encontrou aproximadamente 35 produções, cinco delas dirigidas por mulheres. Já entre 2011 e 2019, a situação havia se invertido. Foram localizadas 29 obras e mulheres diretoras em 20 delas.

Esta circunstância foi determinante para a escolha deste corpus – pois, em sua maioria, foram elas que roteirizaram e dirigiram filmes na última década, para tratar do histórico passado político ditatorial brasileiro e do autoritarismo do Estado na atualidade. Considero importante dar voz às dez mulheres cineastas e aos protagonistas de seus filmes (Mello, 2022, p. 22).

Conforme afirmamos acima, o interesse de Lídia Mello de se voltar para a ditadura militar no cinema não foi casualidade. Havia graves paralelos entre a situação brasileira em 2019 e a última ditadura vivenciada no país. Tampouco foi aleatório um corpus composto apenas por cineastas mulheres.

Desde 2014, o Brasil vive uma “explosão feminista”. Assim, não foi a predominância de realizadoras entre 2011 e 2019 que garantiu, por parte da autora, uma análise atenta aos olhares das mulheres. Afinal, mulheres estiveram presentes ao longo de toda a história do cinema brasileiro (e em maioria, dependendo da função), e isso não significou que sempre tenha havido pesquisas sobre elas. O determinante para que *o olhar de dez realizadoras brasileiras contemporâneas* se tornasse o subtítulo de *Autoritarismos no Brasil* foi a sintonia de Mello com os feminismos, questão pungente hoje na sociedade brasileira.

\* \* \*

Dos 20 filmes feitos por mulheres sobre a ditadura entre 2011 e 2019 identificados pela pesquisadora, foram selecionados para integrar o corpus os documentários *Mariguella* (Isa Grinspum Ferraz, 2011), *Setenta* (Emília Silveira, 2013), *Os dias com ele* (Maria Clara Escobar, 2014), *Retratos de identificação* (Anita Leandro, 2014), *Pastor Cláudio* (Beth Formaggini, 2018), *Torre das donzelas* (Susana Lira, 2018), *O processo* (Maria Augusta

Ramos, 2018) e *Democracia em vertigem* (Petra Costa, 2019). Entre as ficções, escolheu-se *Hoje* (Tata Amaral, 2013) e *Deslembro* (Flávia Castro, 2018).

No processo de escolha dos filmes e também na elaboração das entrevistas que compõem este livro, me guiei pela noção metodológica do rizoma deleuziano. [...] Um rizoma consiste em 6 princípios [...]. Utilizo os três primeiros princípios [conexão, heterogeneidade e multiplicidade], buscando promover conexão entre os filmes e as realizadoras por mim entrevistadas. (Mello, 2022, p. 35-36)

Lídia Mello optou por compartilhar suas análises no capítulo “Palavras introdutórias: o cinema político como meio resistência e combate ao autoritarismo brasileiro”, mas também através de entrevistas que fez com as dez realizadoras.

A ideia de realizar as entrevistas surgiu, logo, pela necessidade de saber mais detalhes sobre os filmes e conhecer melhor o ponto de vista das realizadoras, para conectá-los com a situação política do passado e presente do Brasil, buscando desvelar dados inéditos e heterogêneos, muitos dos quais só existiam na cabeça delas (Mello, 2022, p. 55).

As entrevistas foram trazidas para o livro de 10 seções, que ocupam mais de 100 páginas. Em cada uma delas, há a seleção dos aspectos que autora considerou mais importantes da conversa. Percebe-se o foco de pesquisa através da recorrência de algumas perguntas (e da opção por deixá-las no livro). “É a partir dos filmes que as entrevistas surgem. Logo, é inevitável que eles estejam interligados ao longo deste texto” (Mello, 2022, p. 36).

Podemos citar como exemplo questões sobre a importância da memória e que papel ela pode ter na compreensão do que vivemos hoje no Brasil e no fortalecimento da democracia.

Ao fazer a articulação entre o processo de *Deslembro* e o país, Flávia Castro relata:

Eu comecei a escrever o roteiro do filme em 2009 [...] Houve várias etapas e versões [...] Filmei no segundo semestre de 2017, já não era o mesmo Brasil, já havia acontecido o Golpe contra a Dilma e havia uma polarização muito grande, estávamos num momento já bastante complicado politicamente, sem imaginar que poderia ficar muito pior [...] A personagem da avó foi surgindo à medida que senti a necessidade de deixar mais clara a questão dos desaparecidos políticos. E quis fazer uma reflexão também sobre a falta de memória do país, isto foi ficando nítido para mim antes mesmo da

filmagem. O filme, para além da memória pessoal e íntima de uma adolescente, memória que faz parte do todo da História, aborda também uma questão coletiva ainda pouco discutida no Brasil. Então, na rodagem do filme, foram integrados elementos do presente, como a expressão *vai pra Cuba*, que ouvimos muito no Brasil e ainda se ouve nos tempos atuais. (Mello, 2022, p. 174-175)

Ao mesmo tempo, trata-se de diretoras e filmes muito distintos entre si. E essa diversidade é fundamental para compreendermos os olhares das realizadoras – os quais, evidentemente, não são convergentes apenas pelo fato delas serem mulheres. Suas idades variam (a mais nova tinha 34 e a mais velha, 70 anos), assim como suas trajetórias, ter vivido ou não a ditadura civil-militar-empresarial, as estruturas de produção com as quais contaram, o gênero narrativo do qual se valeram, a visibilidade que suas obras alcançaram etc.

Lídia Mello soube conjugar o que elas tinham em comum (ter dirigido contemporaneamente ao menos um longa-metragem sobre a ditadura) com as particularidades acima citadas, entre tantas outras, e deu vida a um livro original, que reflete sobre seu momento histórico e nos brinda com a oportunidade, ainda rara, de ler tantas mulheres em sequência falando sobre suas produções, trajetórias e visões de mundo – ou, ao menos, de país.

\* \* \*

Conforme anteriormente mencionado, *Autoritarismos no Brasil: o olhar de dez realizadoras brasileiras contemporâneas* conta, ainda, com o capítulo “Palavras introdutórias: o cinema político como meio resistência e combate ao autoritarismo brasileiro”. Nele, a autora explica como chegou ao corpus fílmico, seus objetivos e metodologia e apresenta parte de suas análises. Além disso, há subcapítulos interessantes e elucidadores sobre a dimensão política deste cinema feito por mulheres e a ditadura civil-militar-empresarial imposta no Brasil em 1964. Poderíamos imaginar que esta pequena história da ditadura se faz presente devido à publicação ser portuguesa. Não obstante, o que a realidade tem nos mostrado, e que é destacado pela maioria das realizadoras, é que urge que a ditadura e seus horrores sejam mais conhecidos pela sociedade brasileira.

Nas palavras de Emília Silveira, diretora de *Setenta*:

[...] o Brasil é um país que tem dificuldade de lidar com sua memória, mistifica fatos históricos, inventa coisas que não aconteceram, etc. Para mim, a memória é uma maneira de entender o tempo presente. A memória serve para você co-

nhecer fatos e ao mesmo tempo para tentar não repetí-los. Então, eu fiz o filme para divulgar fatos que ocorreram no Brasil, um passado que é pouco estudado, divulgado [...] Quando fiz o filme eu achava que só ia trazer mais uma contribuição da memória brasileira, escondida e esquecida. Quando lancei o filme, já era um alerta para as pessoas tomarem conhecimento dos fatos e para evitar que eles se repetissem. (Mello, 2022, p. 86)

Completa a obra o prefácio “O que falhou entre os autoritarismos do passado e do presente no Brasil?”, escrito pela cineasta e professora Susana de Souza Dias, da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa. Se, por não ser uma pesquisadora do tema, Dias talvez não seja a melhor pessoa para responder tal questão, ela acerta ao levantar perguntas relevantes e fornecer algumas informações para a compreensão de uma realidade tão complexa como é a realidade brasileira contemporânea.

*Autoritarismos no Brasil: o olhar de dez realizadoras brasileiras contemporâneas*, não há dúvidas, rapidamente passará a integrar as referências obrigatórias de estudos com diversos recortes: mulheres no cinema brasileiro, audiovisual e ditadura, o cinema produzido no Brasil nas primeiras décadas do século XXI, entre tantos outros. O livro de Lídia Mello é mais que bem-vindo, é necessário.